



Nota Técnica

Número 195

Julho de 2018

**A alta dos preços do gás de
cozinha e o impacto para os trabalhadores**

A alta dos preços do gás de cozinha e o impacto para os trabalhadores

Introdução

A alta no preço do gás de cozinha e dos combustíveis tornou-se um grande problema para os brasileiros, pois o produto tem grande impacto no orçamento das famílias, sobretudo das mais pobres. O aumento afeta diretamente a taxa de inflação, elevando o custo de vida e depreciando o valor dos salários.

A direção da Petrobras, em outubro de 2016, mudou a política de preços dos derivados de petróleo, em especial da gasolina e do diesel. Em julho de 2017, alterou também a política de reajustes do preço do gás de cozinha, o que tornou os aumentos mais frequentes, com o objetivo de estabelecer cotações mais próximas às do mercado global.

O gás de cozinha é envasado em botijões de 13 kg e vendido nas refinarias da Petrobras para as distribuidoras. É chamado tecnicamente de gás liquefeito de petróleo (GLP). É o principal combustível de uso doméstico.

O valor do botijão de GLP residencial (13 kg) ficou congelado em R\$ 13,51 nas refinarias da Petrobras, entre janeiro de 2003 e agosto de 2015. Em julho de 2017, estava em R\$ 17,81 e, em dezembro desse mesmo ano, chegou a R\$ 24,38, salto de 37%.

A nova política de preços adotada pela direção da Petrobras para o GLP de 13 kg não leva em consideração a resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que “reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados, por produtor ou importador, de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinado exclusivamente a uso doméstico em recipientes transportáveis de capacidade de até 13kg, pois tem elevado impacto social, posto que seu custo de aquisição afeta a parcela da população brasileira com menor poder aquisitivo” (ver em <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139147/Resolucao04.pdf/d5729b28-d19c-4e69-8e03-0af65e599eb1>).

O objetivo desta Nota Técnica é mostrar os impactos do aumento do preço do gás para as famílias de baixa renda e no custo de vida da população, além de apresentar a política de preços adotada pela atual gestão da Petrobras.

Os aumentos no valor do GLP com a nova política de preços adotada pela direção da Petrobras

Segundo os dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), que realiza levantamento semanal do preço do gás GLP, os reajustes médios para o consumidor, nas principais unidades da Federação, variaram entre 26,29%, no Maranhão, a 6,70%, no Amapá (Tabela 1).

TABELA 1
Variação do preço médio do GLP de 13 kg, por unidade da Federação
Brasil - junho de 2017 a maio de 2018

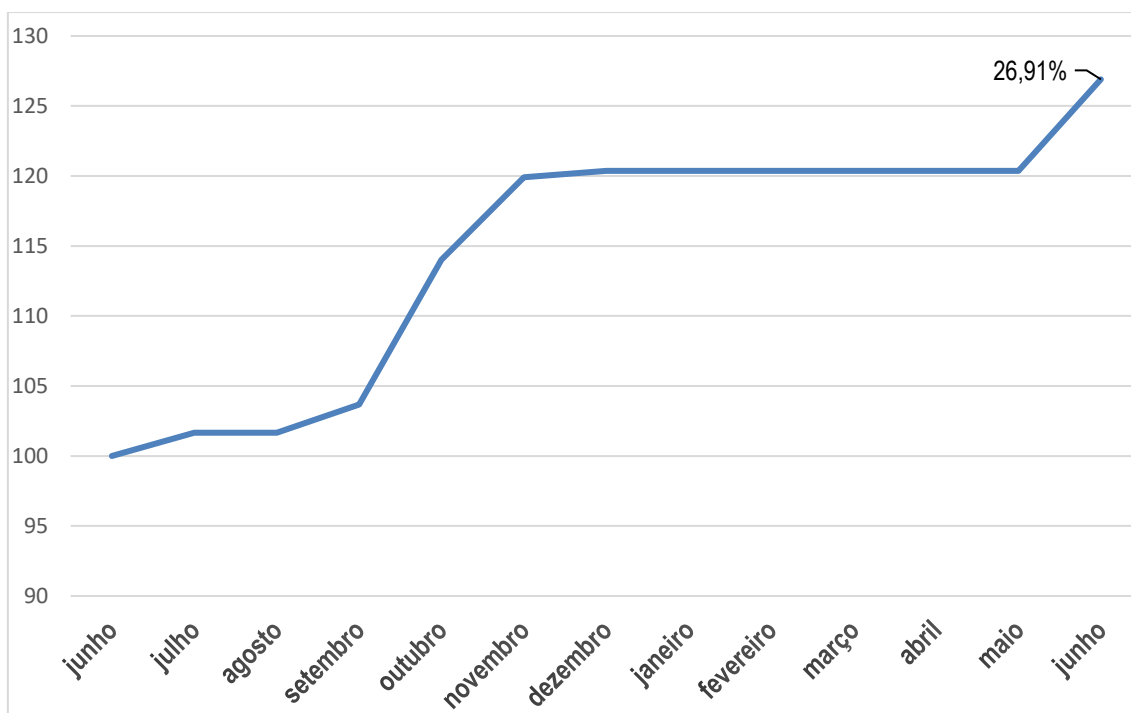
UF	Maio de 2018 (em R\$)	Junho de 2017 (em R\$)	Variação (%)
Acre	78,16	64,81	20,60
Alagoas	64,02	52,5	21,94
Amapá	75,18	70,46	6,70
Amazonas	70,32	57,33	22,66
Bahia	57,60	52,91	8,86
Ceará	70,64	61,4	15,05
Distrito Federal	68,85	59,95	14,85
Espirito Santo	62,27	54,82	13,59
Goiás	73,46	58,21	26,20
Maranhão	69,02	54,65	26,29
Mato Grosso	95,38	80,82	18,02
Mato Grosso do Sul	73,28	65,25	12,31
Minas Gerais	68,97	60,8	13,44
Pará	72,04	62,57	15,14
Paraíba	63,68	52,53	21,23
Paraná	68,21	58,87	15,87
Pernambuco	62,78	50,31	24,79
Piauí	67,56	58,73	15,03
Rio de Janeiro	62,31	54,21	14,94
Rio Grande do Norte	63,02	57,00	10,56
Rio Grande do Sul	67,29	59,14	13,78
Rondônia	76,61	65,06	17,75
Roraima	80,05	67,31	18,93
Santa Catarina	68,77	56,42	21,89
São Paulo	65,07	55,92	16,36
Sergipe	75,11	62,16	20,83
Tocantins	84,47	71,82	17,61

Fonte: ANP. Elaboração: DIEESE

No município de São Paulo, conforme coleta de dados do Índice do Custo de Vida do DIEESE, realizada em três das principais distribuidoras da cidade, entre julho e dezembro de 2017, houve aumento em quase todos os meses (exceto em agosto), acumulando alta de 20,35%. Com os reajustes de 2018, até junho, a elevação acumulada é de 26,91%.

GRÁFICO 1
Varição acumulada do preço médio do GLP de 13 kg
Município de São Paulo – junho de 2017 a junho de 2018 (em %)

(base junho de 2017 =100)



Fonte: ICV-DIEESE

Quem paga a conta da política de preços adotada pela direção da estatal?

Quem sente a mudança da política da Petrobras e o aumento do preço do botijão é o consumidor. O gás de cozinha é um item essencial para as famílias brasileiras.

Na taxa geral do ICV-DIEESE, no município de São Paulo, segundo dados de junho, o gás de cozinha pesa 1,46%. Para as famílias com menor renda, pertencentes ao estrato 1, o peso é de 3,23%.

A inflação acumulada entre julho de 2017 e junho de 2018, para as famílias do estrato 1, foi de 3,49%. Só o gás de cozinha contribuiu com 0,74 p.p. da taxa acumulada para essas famílias nesse período. Já no índice geral, o aumento do gás representou 0,33 p.p. da taxa total de 4,24%.

Uma família com renda média de R\$ 1.500,00 (estrato 1) gastava cerca de R\$ 71,00 por botijão, em junho de 2017, e passou a dispende em torno de R\$ 86,00 em junho de 2018, ou seja, R\$ 15,00 a mais, em média.

No Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), que calcula a inflação das famílias brasileiras que vivem com 1 a 5 salários mínimos, o gás de cozinha pesou 2,13%, em junho de 2018.

Um exercício importante para entender o tamanho do impacto do aumento do preço do gás para as famílias brasileiras e, principalmente, para aquelas de menor renda, é observar os dados da Pnad Contínua, realizada pelo IBGE, com a divisão dos rendimentos familiares em decis. Os dados indicam que, em 2017, os rendimentos médios das famílias no 1º decil de renda, ou seja, das 10% mais pobres, variaram de R\$ 117,04, no Maranhão, a R\$ 773,97, em Santa Catarina. No caso do segundo decil, os valores oscilaram entre R\$ 418,58, no Maranhão, e R\$ 1.634,50, em Santa Catarina.

Considerando que uma família usa, em média, um botijão por mês, e sabendo o preço em junho de 2018, é possível ver o quanto este item pesa para ela (Tabela 2).

TABELA 2
Rendimento efetivo médio familiar anual¹ do 1º e 2º decil de renda, preço médio do GLP de 13 kg e peso do gás no orçamento das famílias de baixa renda - Brasil

UF	Renda Média 1º decil (em R\$)	Renda Média 2º decil (em R\$)	Preço Médio do gás GLP (em R\$ - maio de 2018)	Peso do gás no orçamento das famílias do 1º decil (%)	Peso do gás no orçamento das famílias do 2º decil (%)
Acre	151,81	554,43	78,16	51,5	14,1
Alagoas	177,80	648,45	64,02	36,0	9,9
Amapá	234,69	815,84	75,18	32,0	9,2
Amazonas	170,20	664,38	70,32	41,3	10,6
Bahia	118,15	490,19	57,6	48,8	11,8
Ceará	181,06	589,72	70,64	39,0	12,0
Distrito Federal	681,24	1.326,34	68,85	10,1	5,2
Espírito Santo	392,83	983,74	62,27	15,9	6,3
Goiás	502,39	1.009,02	73,46	14,6	7,3
Maranhão	117,04	418,58	69,02	59,0	16,5
Mato Grosso	590,02	1.091,90	95,38	16,2	8,7
Mato Grosso do Sul	585,90	1.123,55	73,28	12,5	6,5
Minas Gerais	446,70	984,43	68,97	15,4	7,0
Pará	217,80	670,87	72,04	33,1	10,7
Paraíba	247,48	701,69	63,68	25,7	9,1
Paraná	606,68	1.171,88	68,21	11,2	5,8
Pernambuco	187,33	633,12	62,78	33,5	9,9
Piauí	172,51	508,97	67,56	39,2	13,3
Rio de Janeiro	520,44	1.004,60	62,31	12,0	6,2
Rio Grande do Norte	194,54	707,46	63,02	32,4	8,9
Rio Grande do Sul	578,57	1.198,09	67,29	11,6	5,6
Rondônia	378,65	939,17	76,61	20,2	8,2
Roraima	229,68	888,80	80,05	34,9	9,0
Santa Catarina	773,97	1.634,50	68,77	8,9	4,2
São Paulo	601,39	1.266,45	65,07	10,8	5,1
Sergipe	148,10	577,71	75,11	50,7	13,0
Tocantins	315,36	906,69	84,47	26,8	9,3

Fonte: IBGE (PNAD-Contínua) e ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e biocombustíveis)

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) rendimento médio mensal incluindo recebimentos em cartão/ tíquete transporte e alimentação. O valor refere-se à média dos 12 meses de 2017

Entre as famílias do 1º decil, ou seja, as 10% mais pobres, o preço do gás pesou mais no orçamento daquelas que viviam no Maranhão (59,0%), Acre (51,5%) e em Sergipe (50,7%) - acima de 50%. Os menores percentuais foram registrados em São Paulo (10,8%), Distrito Federal (10,1%) e Santa Catarina (8,9%).

Já entre as famílias do 2º decil, o gás pesou mais no Maranhão (16,5%), Acre (14,1%), Piauí (13,3%) e em Sergipe (13,0%). E menos no Distrito Federal (5,2%), em São Paulo (5,1%) e Santa Catarina (4,2%).

Cabe considerar que famílias do estrato 1 têm demandas maiores do que a renda que recebem e tendem a estar endividadas. Além disso, cerca de 13,7 milhões de famílias participantes do programa Bolsa Família, que recebem benefício médio de R\$ 178,04, comprometem cerca de 40% do valor que ganham na compra do botijão de 13 kg.

Muitas matérias veiculadas na imprensa têm mostrado o drama dessas famílias que, diante da alta do gás, cozinham com lenha e álcool, porque, com a renda que possuem, precisam escolher entre comida e gás.¹

A composição do preço do GLP (13kg) e a variação de valores nas refinarias, nos distribuidores e revendedores finais

A comercialização do GLP começa com a venda a granel pelo produtor (refinarias) ou importador para as empresas distribuidoras. Estas podem comercializar o produto para indústrias (geralmente a granel, utilizando caminhões tanques), pontos de revenda ou diretamente aos consumidores finais.

Na composição de preços ao consumidor final de GLP, a Petrobras responde por 32% do valor final, outros 18% são tributos (15%, ICMS, e 3%, PIS/Pasep e Cofins) e o restante, 50%, é composto por distribuição e revenda.

Em relação à variação do preço do GLP, a Tabela 3 apresenta um histórico dos preços praticados: nas refinarias da Petrobras, ainda sem os tributos; pelas empresas de distribuição; e revendedoras finais, direto ao consumidor. Como mostram os dados, entre janeiro de 2003 e agosto de 2015, o preço médio do GLP ficou congelado em R\$ 13,51 nas refinarias. Em setembro de 2015, apresentou reajuste de 13%. Já o preço médio das distribuidoras, nesse mesmo período, cresceu 42%, passando de R\$ 24,74 a R\$ 35,22. Para a revenda, o preço subiu 80% nesse mesmo período.

Outro período importante na análise é de julho de 2017 para cá, quando a Petrobras adotou a política da paridade internacional. Em dezembro de 2017, quando o preço na refinaria chegava ao maior valor até o momento, R\$ 24,38, a alta em relação a julho de 2017 era de 37%. Em maio de 2018, mesmo com queda no preço das refinarias, o aumento, desde julho de 2017, é de 24%.

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44488761>

TABELA 3
Preços médios do GLP 13kg praticados nas refinarias (sem tributos), na distribuição e revenda – janeiro de 2003 a maio de 2018

Período	Refinaria (sem tributos)	Variação %	Distribuição	Variação %	Revenda	Variação %
jan/03	13,51	-	24,74	-	29,35	-
set/15	15,27	13%	35,22	42%	52,92	80%
jul/17	17,81	17%	41,01	16%	57,53	9%
dez/17	24,38	37%	48,07	17%	66,53	16%
mai/18	22,13	-9%	50,31	5%	66,96	1%

Fonte: Petrobras e ANP

Outro aspecto que merece ser analisado é a composição do preço do GLP no Brasil e regiões. Aproximadamente 33% do preço final é apropriado pelo produtor do GLP; 24,7% do preço gás se refere à margem bruta de revenda; 24,2%, à margem bruta de distribuição e custos de transporte; e 17,5% são tributos estaduais e federais (Tabela 4). O que chama a atenção é o patamar da participação e a homogeneidade das margens entre produtor, distribuidor e revenda. Sobretudo, destaca-se o caráter regressivo da tributação, ou seja, os 17,5% cobrados pelo GLP 13 kg têm impacto muito maior nas faixas de renda menores, enquanto para as famílias com rendimentos mais elevados (10º decil), o gás de cozinha representa entre 0,3% e 0,8% da renda média.

TABELA 4
Composição dos preços dos combustíveis
(Brasil e regiões) – maio de 2018

Brasil e Grandes Regiões maio de 2018	Brasil		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Norte		Nordeste	
	Valor (R\$/13 Kg)	Participação	Valor R\$/13 Kg)	Participação	Valor (R\$/13 Kg)	Participação	Valor (R\$/13Kg)	Participação	Valor (R\$/13 Kg)	Participação	Valor (R\$/13 Kg)	Participação
Ref.: 25/03/2018 a 31/03/2018												
Preço do Produtor de GLP (P13)	22,34	33,3%	22,41	34,4%	22,18	32,5%	22,41	28,8%	22,35	30,1%	22,10	34,4%
Tributos Federais ¹	2,18	3,3%	2,18	3,3%	2,18	3,2%	2,18	2,8%	2,18	2,9%	2,18	3,4%
Tributos Estaduais ²	9,55	14,2%	9,18	14,1%	9,30	13,6%	9,22	11,8%	10,10	13,6%	10,38	16,2%
Margem Bruta de Distribuição ³ + Custos Transporte	16,20	24,2%	14,76	22,7%	15,08	22,1%	26,08	33,5%	24,82	33,4%	13,85	21,6%
Margem Bruta de Revenda ³	16,75	25,0%	16,61	25,5%	19,54	28,6%	18,01	23,1%	14,77	19,9%	15,70	24,5%
Preço ao Consumidor (P13)	67,02	-	65,14	-	68,28	-	77,90	-	74,21	-	64,22	-

Fonte: ANP. Disponível em <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos/estruturas-de-formacao-dos-precos> Acesso em 27/06/18

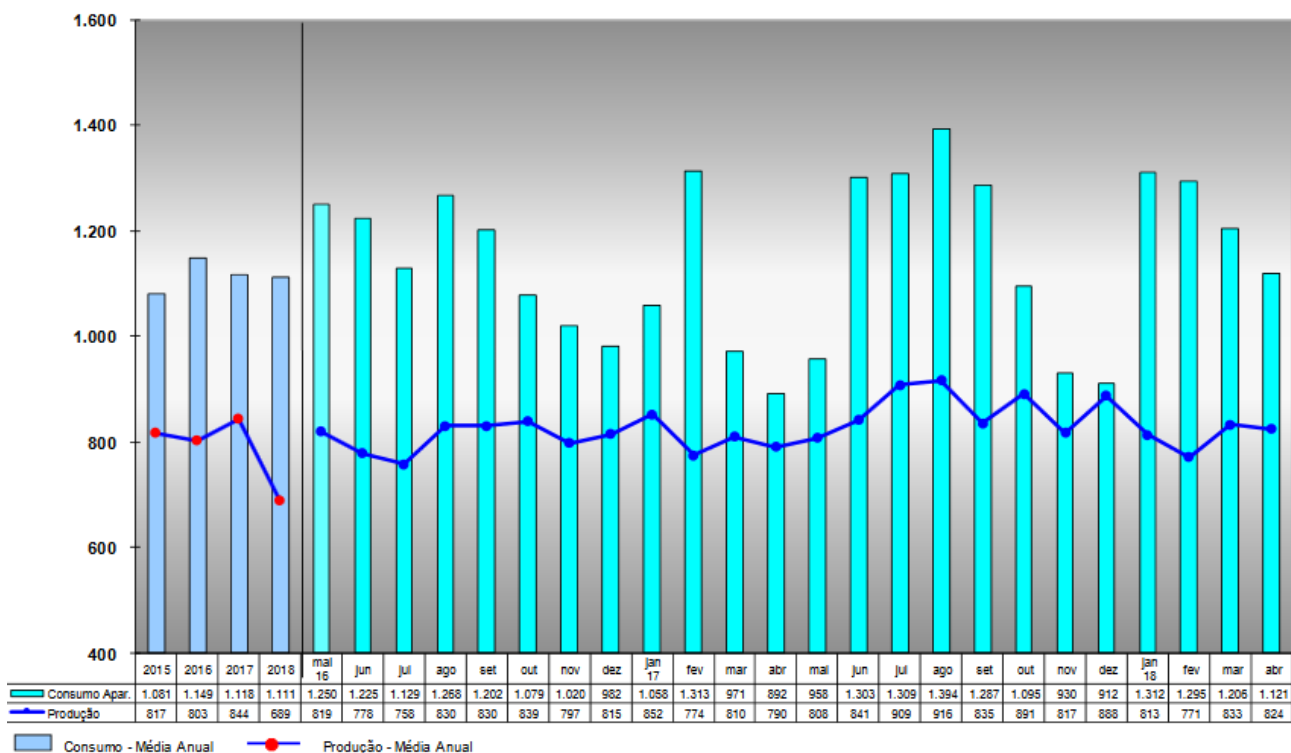
Nota: (1) Pis/Pasep, Cofins e Cide; (2) ICMS; (3) Margens brutas incluem demais custos não identificados nesta tabela e margem líquida de lucro

Obs.: valores calculados a partir de dados ANP

A necessidade crescente de importação de GLP no Brasil

O Brasil consome, em média, 1,11 milhão de m³ de GLP por mês, quantidade que se mantém há anos. A capacidade de produção do país, entretanto, tem se reduzido, como mostra o Gráfico 2. Nos primeiros meses de 2018, houve queda na produção nacional de cerca de 800 mil m³/mês para 670 mil m³/mês. A redução acontece por conta da recente decisão da direção da Petrobras de reduzir a participação da estatal no abastecimento nacional e, conseqüentemente, a produção em refinarias. Por outro lado, cresce a importação de GLP.

GRÁFICO 2
Produção e Consumo aparente de GLP no Brasil
Média anual e valores mensais maio/2016 a abril de 2018



Fonte: MME. Relatório do Mercado de Derivados de Petróleo, nº149, maio de 2018. Disponível em <http://www.mme.gov.br/documents/1138769/0/Relat%C3%B3rio-mensal-de-mercado-mai-18+149.pdf/0193d17e-f4dc-4257-87b4-feb454c9e857>

As importações de GLP, nos primeiros quatro meses de 2018, cresceram 67,9% em relação ao mesmo período do ano passado (Tabela 5). Assim, a dependência brasileira em relação à importação de GLP para abastecimento do consumo interno saltou de 24%, nos quatro primeiros meses de 2017, para 40%, no mesmo período de 2018.

TABELA 5
Importação Mensal de GLP (em m³)
Brasil - 2014 a abril de 2018

Meses	2014	2015	2016	2017	2018
Janeiro	467.875	258.366	78.871	206.082	498.527
Fevereiro	269.659	184.303	670.226	538.887	524.368
Março	290.845	271.595	194.665	161.847	372.419
Abril	226.170	360.833	517.140	101.289	297.146
Mai	235.263	97.438	431.046	151.226	
Junho	183.104	238.092	447.145	462.271	
Julho	836.612	194.314	370.570	400.210	
Agosto	362.371	159.147	437.877	478.119	
Setembro	141.783	247.350	371.831	451.947	
Outubro	183.152	226.845	240.067	203.754	
Novembro	409.809	653.776	223.033	112.757	
Dezembro	256.278	299.111	167.100	24.365	
Total do Ano	3.862.921	3.191.171	4.149.569	3.292.754	1.692.460

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex) - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Considerações finais

A análise dos impactos da alta do preço do gás de botijão mostra a perversidade da política de preços adotada pela atual gestão da Petrobras. O trabalhador mais pobre e sua família consomem boa parte da renda para adquirir o botijão de 13 kg. Para piorar, a tributação regressiva penaliza ainda mais os que ganham menos.

Além de contribuir para arrochar os salários, a atual política piora a qualidade de vida de muitas famílias e ainda coloca em risco outras tantas, quando as obriga, por falta de recursos para adquirir o gás, a voltar a usar lenha e álcool para cozinhar. Vários acidentes têm acontecido em função dessa mudança.

A atual direção da Petrobras, uma estatal, que pertence ao estado brasileiro, optou por uma rota que vai na contramão daquilo que é feito por muitas empresas estrangeiras produtoras de petróleo. Ou seja, aqueles que gerem a estatal, nesse momento, escolheram um caminho que estrangula o consumidor brasileiro, sobretudo, aqueles de mais baixa renda, ao adotar uma política de preços cujo principal objetivo é satisfazer aos interesses dos acionistas em detrimento do bem-estar da população, fornecendo um produto cujo custo não cabe no bolso de quem precisa do produto. Além disso, importa algo que o país

produzia e pode produzir, contribuindo para gerar empregos em outros países e desemprego no Brasil.

Países produtores de petróleo (México, Colômbia, Equador, Angola, Argélia, Indonésia, Rússia, Irã, Noruega) praticam preços internos abaixo do mercado internacional e também não acompanham, imediatamente, as flutuações do mercado.

A quem deveria servir a Petrobras? Aos acionistas ou à população brasileira? Essa é a pergunta que precisa ser feita à atual direção da estatal, gestão que anunciou há pouco, em 5 de julho, reajuste de 4,40% no GLP, em média, nas refinarias.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretora Executiva: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Patrícia Pelatieri – Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Equipe Técnica

Patrícia Lino Costa

Cloviomar Cararine

Altair Garcia